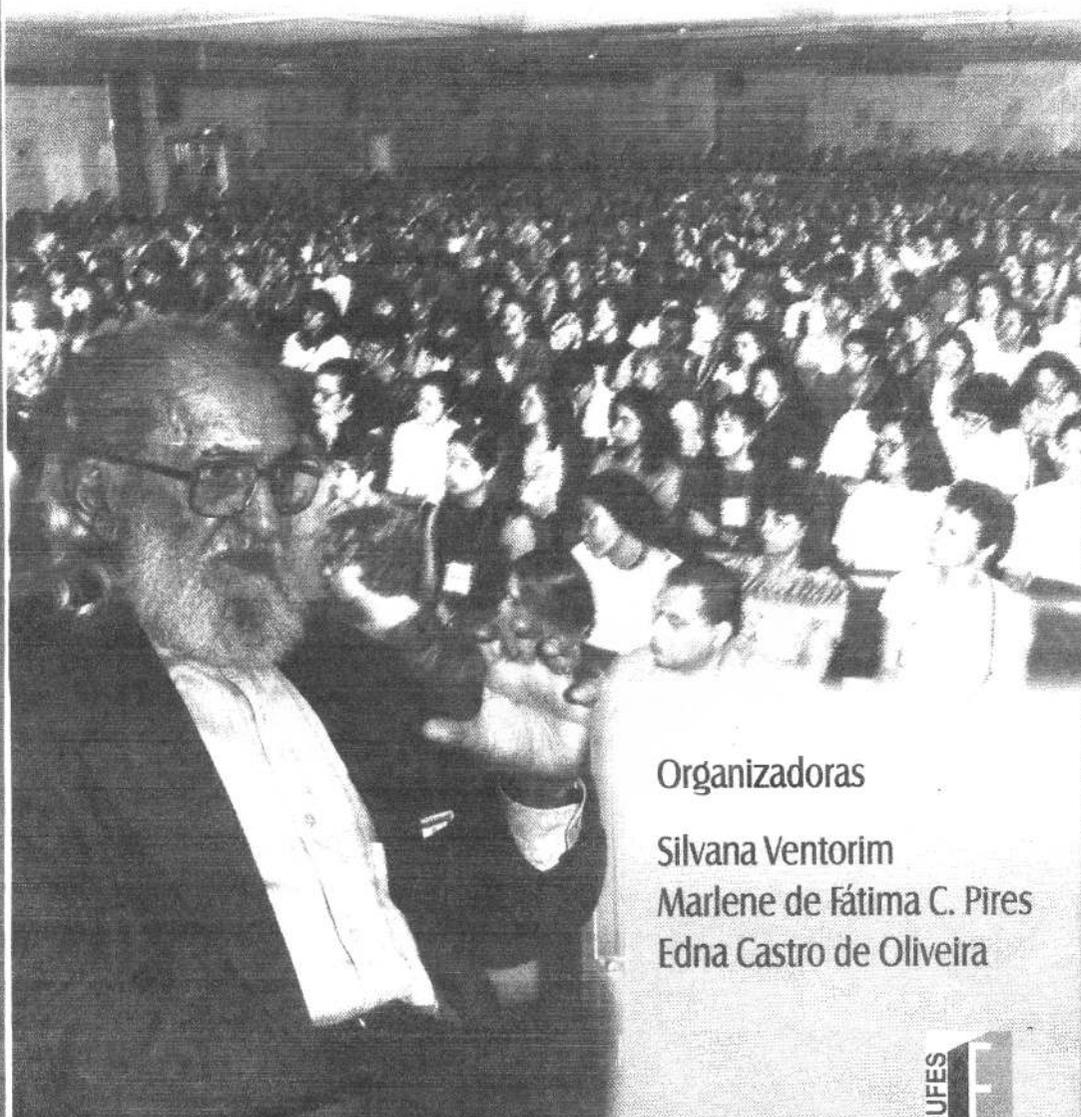


Paulo Freire

A Práxis Político-Pedagógica do Educador



Organizadoras

Silvana Ventorim

Marlene de Fátima C. Pires

Edna Castro de Oliveira



Editora da Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, s/n - Goiabeiras - Vitória/ES - 29060-970
Tels.: (027) 335-2375 - 335-2370 - Fax: (027) 335-2378

REITOR: José Weber Freire Macedo

VICE-REITOR: Rubens Sérgio Rasseli

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL: Sebastião Pimentel Franco

EDITOR: Sebastião Pimentel Franco

CONSELHO EDITORIAL

Cíntia Ávila de Carvalho • Selma Blom Margotto • Almerinda Silva Lopes
Domingos Sávio Lyrio Simonetti • João Eudes Rodrigues Pinheiro • José Carlos Lopes
José Irno Gonring • Maria José Vieira Matos • Mauri de Carvalho Freitas • Standard Silva

CAPA:

Anaise Perrone

REVISÃO:

Alina da Silva Bonella

EDITORIAÇÃO:

Arte Visual Ltda.

(27) 324-7404 • e-mail: artevisual@escelsa.com.br

IMPRESSÃO:

Gráfica da UFES

Ficha catalográfica - Biblioteca Central/UFES

P331 Paulo Freire : a práxis político-pedagógica do educador /
organizadoras Silvana Ventorim, Marlene de Fátima Cararo
Pires, Edna Castro de Oliveira. - Vitória : EDUFES, 2000.

309p.

1. Freire, Paulo. 1921- 2. Pedagogia crítica.
3. Democratização da Educação. I. Vantorim, Silvana.
II. Pires, Marlene de Fátima Cararo. III. Oliveira, Edna Castro de.

ISBN:85-87106-16-3

CDU:37.014

1ª Edição - 500 exemplares

Todos os direitos reservados. A reprodução sem autorização da editora desta
publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação à LDA 9.610/98.

APOIO CULTURAL



A vocês deixo a conclusão quanto à aproximação ou não da obra de Freire às “demais pedagogias progressistas” ou de sua relevância na construção do pensamento pedagógico crítico no Brasil.

Gostaria de finalizar com a resposta que ele mesmo deu ao perguntar: “Qual a herança que posso deixar”?

Paulo Freire foi um homem que amou. Ele não podia compreender a vida e a existência humana sem amor e sem a busca do conhecimento. Paulo Freire, viveu, amou e tentou saber [...]. É isto o que espero que seja a expressão da minha passagem pelo mundo, mesmo quando tudo o que tenha dito e escrito sobre educação possa haver mergulhado no silêncio (1991, p. 140).

DIÁLOGO COM O EDUCADOR PAULO FREIRE

*Euzi Rodrigues Moraes
Paulo Freire*

Fala de Euzi Moraes

*F*alo como educadora. Foi como educadora, como estudante das relações entre a linguagem e a sociedade, que um dia me aproximei das idéias de Paulo Freire.

Estava em Edimburgo, a capital da Escócia, quando recebi um convite para participar de um grupo de estudos sobre a filosofia educacional de “um brasileiro chamado Paulo Freire”. Foi nessa ocasião que pude conferir o que tinha ouvido, já fazia tempo, no Brasil. Participei do grupo de estudos e aquele momento marcou o meu encontro com Paulo Freire. Fui, então, descobrindo que havia uma ponte entre a Sociolinguística e as idéias educacionais de Freire. No meio da ponte, a *Pedagogia do oprimido*.

Retornei ao Brasil alguns anos depois. Chegando a meu Departamento de origem – Línguas e Letras – trazia na mão o livro-ponte. Sem muito esforço, seduzi alguns companheiros – um da Filosofia, um da Sociologia, alguns das Letras. Assim, iniciou-se um grupo de estudos, formado por educadores de diversos

campos do saber, todos em busca da defesa dos oprimidos.

Foi o cenário perfeito para a chegada de Admardo Serafim de Oliveira – um reencontro que estreitava laços e tecia uma profunda amizade, uma irresistível cumplicidade. E a Lingüística fez com a Filosofia um pacto de militância pró-escola pública, pró-escola básica, pró-escola democrática.

O projeto de tradução da tese de doutorado de Admardo foi o primeiro fruto desse pacto. Não chegou a frutificar plenamente, mas valeram as muitas horas em que, sentados lado a lado, na sua pequena sala de estudos, fomos reforçando as pontes.

Enquanto isso, a Sociolingüística ia fazendo a sua revolução. Desestruturou a suposta pureza científica que concedia exclusividade à língua padrão nos estudos da linguagem e escancarou a variação que se torna evidente na realidade da fala. Com isso, trouxe à tona a diferença, a diversidade, o uso espontâneo da língua. Provou até que essa variação toda não é aleatória, não é por acaso. Também tem regularidades, forma um sistema. Mas essas regularidades, esses sistemas são encontrados na fala do povo, agente de mudança lingüística. É da prática da linguagem que se extrai a teoria sobre a linguagem. Uma estudiosa apaixonada da linguagem, Miriam Lemle (1990, RJ), comparou a Sociolingüística à Lingüística formal e fez as seguintes sínteses:

Na história do pensamento ocidental, a Lingüística se filia ao classicismo; a Sociolingüística ao romantismo. Ideologicamente, a Lingüística fica à direita e a Sociolingüística à esquerda.

Algumas ilustrações podem talvez aclarar essa taxionomia: a Sociolingüística não exclui. Pelo contrário, ela é uma ciência inclusiva (como é o pressuposto da atividade científica). Ela inclui, respeita, legitima os fatos da linguagem humana e, por consequência, eleva à condição de cidadãos todos os falantes, seja qual for a sua classe social, ou sua posição na hierarquia do poder – os despossuídos oferecendo igual ou melhor contribuição. Ganham, então, relevância os dialetos sem prestígio social, a fala popular e a fala crioula.

Na década de 60, a Sociolingüística entrou pela escola adentro e desvelou uma verdade crua: a escola avaliava a linguagem das crianças das camadas populares ou de etnias rejeitadas com parâmetros construídos a partir da linguagem da classe média, ou de um padrão abstrato, não concretizado no dia-a-dia das pessoas. Se a criança não acertava no teste, era considerada portadora de um déficit mental. Essa interpretação preconceituosa dos fatos desencadeou programas de reforço e de lições compensatórias. Nos Estados Unidos, essa prática era mais notada entre os negros, até que a Sociolingüística mostrou que a linguagem dos negros tinha a sua lógica própria, e essa lógica era tão competente quanto à da linguagem dos mais ricos. Só era diferente.

No pensamento freireano, encontrei também o desmonte da concepção seletista e excludente de educação, e foi pela linguagem que as novas concepções encontraram seu curso: Freire disse “não” às fórmulas que dominavam e ainda dominam as cartilhas escolares e os programas tradicionais de alfabetização dos jovens e adultos e foi buscar, na experiência diversificada e profundamente sofrida das classes populares, o conteúdo lingüístico e político com que construiu seu pensamento, sua práxis. Coloca-se também do lado romântico e à esquerda.

As palavras geradoras carregadas de significado político, as frases e os textos que os seus educandos iam construindo enquanto aprendiam a ler e escrever – a língua escrita e o mundo – são o dialeto político que deu voz aos oprimidos.

A chegada à escola da Sociolingüística desestabilizou a tradicional rigidez da educação lingüística, dos currículos e métodos de ensino, encontrando em alguns resistência, em outros apropriação equivocada, fruto talvez do comodismo ou da falta de compromisso. A idéia era (ou ainda é) que a Lingüística endossa o erro. “Agora todo mundo pode falar errado, escrever errado...” O mundo continuava sendo em preto e branco. Conversando com Paulo Freire, descubro, em suas posições teóricas, uma lição de política que envolve o problema lingüístico:

o oprimido precisa dominar os instrumentos do opressor para poder libertar-se. Foi mais um estágio, e um estágio mais avançando no meu diálogo com Paulo Freire. Em outras palavras: o melhor a quem mais precisa.

Na entrevista que concedeu à revista *Presença Pedagógica*, n. 1, Paulo Freire faz a síntese:

Veja, por exemplo, o problema da linguagem. A linguagem não pode ser sonhada, pensada, estudada, refletida fora da ideologia. Quando fui Secretário da Educação em São Paulo, discuti, entre outras coisas, o problema da sintaxe da classe trabalhadora e da nossa sintaxe. As pessoas me interpretaram erroneamente, não porque eu não fosse claro. Hoje estou convencido de que a interpretação errada era mais um obstáculo ideológico do que um obstáculo de entendimento, ou do que um obstáculo epistemológico. Era ideológico... Eu dizia, por exemplo, que o menino ouve, em casa, o pai dizer 'a gente chegamos', ouve o pai dizer 'menas', ouve a mãe dizer 'menas', 'a gente fomos', e ele diz também. A vizinhança toda, que é uma classe social, diz 'a gente fomos'. Mas, quando ele escreve, na escola, 'a gente fomos', leva zero e um lápis vermelho embaixo, inibindo-o mais ainda. O aprendizado desse menino está sendo obstaculizado por um problema estritamente ideológico com o nome de gramática. Dizem que isto é um problema de sintaxe, mas na realidade é ideológico.

Freire mostra aí que seu trabalho é vivo, seu pensamento é engajado, suas antenas captam o mais profundo das pessoas, dos movimentos da sociedade, do pensamento científico.

Nesse diálogo de anos e anos, educadores capixabas afinaram também suas antenas. No texto que narra a história de um grupo de educadores em busca da defesa dos oprimidos – publicado na Revista do INEP, n. 175, está registrada a contribuição das idéias de Freire ao desenvolvimento de uma práxis político-pedagógica no Espírito Santo. Estava no auge da moda o construtivismo, com seus mil e um significados e aplicações práticas. Era Emília Ferreiro entrando no Brasil.

No Espírito Santo, esse grupo formador de opinião não se rendeu ao modismo pelo modismo. A consciência crítica que foi desenvolvendo nesse diálogo o levou a novas sínteses e sua práxis, sempre na busca da interdisciplinaridade, não afastou as rotulações correntes naquele momento histórico. Qualquer movimento a favor do pensamento autônomo e da democracia era tachado de construtivista. Tornou-se, então, inevitável, a pergunta: o que é construtivismo? É o pensamento a favor da transformação? Seus pressupostos teóricos têm ligação com as idéias de Paulo Freire? E o texto responde que o grupo nunca se autodenominou “construtivista”. Tinha uma “preocupação filosófica que serviu como diretriz e fundamento dos estudos, das discussões e do fazer do grupo”. E prossegue: “As idéias de Paulo Freire penetravam o grupo através da interpretação competente do Professor Admarco Serafim de Oliveira, que passou a fazer parte desta história”.

Na época, a dissertação de mestrado de Edna Castro de Oliveira mostrava que em Paulo Freire estava presente, de forma implícita ou explícita, exposta ou latente, uma teoria do conhecimento que é mais profunda – e mais comprometida com a vida e a felicidade: ninguém educa ninguém, a aprendizagem é um trabalho pessoal, é a ação do sujeito que aprende sobre aquilo que aprende... mas ninguém se educa sozinho. A aprendizagem é um processo coletivo. O outro tem uma participação essencial. É nessa vivência coletiva que ela acontece. E o coletivo é construído no meio social, dentro do processo cultural. Aí a

aprendizagem vira um processo sociocultural sintetizado no pessoal. Aí vira educação. A prática dos grupos de estudos no Espírito Santo foi construída durante esse diálogo.

O diálogo continua. Freire não será aprisionado pelo tempo nem pelo espaço. Nele, fomos aprofundando nosso compromisso com os oprimidos e mobilizando as nossas energias na luta pela transformação. A práxis político-pedagógica do educador Paulo Freire teve um dia o impacto de uma revolução sobre o pensamento pedagógico no Brasil e no mundo e abriu caminho para os excluídos terem acesso à educação e a outras oportunidades sociais. Hoje ela é uma referência histórica essencial para todos os brasileiros que sonham construir um país mais justo. Mora no coração de cada um de nós.

Concluo com um trecho do Plano Estadual de Educação, que será apresentado à sociedade nas próximas semanas:

Este Plano sustenta uma concepção política que vê a educação como parte de um projeto de sociedade e de ser humano, como parte de um projeto social e cultural construído coletivamente e orientado pelos princípios e valores democráticos mais avançados atingidos por nossa sociedade. Cada escola e conjunto de profissionais participam dessa construção coletiva e se obrigam a orientar sua prática pedagógica por esses princípios, valores e diretrizes coletivas.

Fala de Paulo Freire

Minhas amigas, meus amigos, vocês podem imaginar o que vem significando, para mim pessoalmente e para Nita, minha mulher, esses dias de trabalho em Vitória, em que se vêm discutindo diferentes momentos de minha prática e de minha reflexão crítica sobre minha prática, ao longo de muitos anos.

Uma das coisas que a mim, particularmente, me dá uma grande satisfação, me toca, me emociona de maneira muito especial – e eu digo isso com muita simplicidade, com gosto, não com soberba – uma das coisas que podem e agradam a gente é saber, em vida, que a gente existe. Isso é formidável, porque a história está cheia de exemplos assim: há pessoas que se dedicaram, que buscaram, que pesquisaram, que reinventaram, morrem e, um século depois de sua morte, um procurador, um pesquisador, um dia, descobre, numa velha biblioteca, alguma coisa que lê e diz: “Esse cara existiu há cem anos atrás e disse umas coisas importantes”. Só aí é que se descobre a pessoa.

Eu estou tendo – claro que não eu só, porque a gente nunca está só – mas eu estou tendo, em vida, essa satisfação que eu repito a vocês, que não me faz besta, arrogante, mas que me dá uma grande alegria de viver. Quer dizer, eu sou discutido, eu sou recriado, sou pouco entendido, às vezes, distorcido, mas, mesmo quando me distorcem, é a prova de que eu existo. O trágico é passar sem ser torcido ou distorcido!

Somente agora pude vir aqui. Vocês podem imaginar que satisfação eu tenho tido ao pensar nessas reuniões que houve aqui, na presença curiosa de tanta gente! Neste momento, agora, eu também gostaria de fazer justiça a mim e aos outros, dizendo de uma singular satisfação que é de você estar aqui ao meu lado (dirigindo-se ao Governador do Estado, Vitor Buaziz). Vou dizer por quê: é porque você também não está passando despercebido na história.

Uma das coisas tristes – às vezes não há o que fazer – mas é uma tristeza, é passar despercebidamente pelo mundo, é uma pena, é uma tristeza... Mas há muita gente que passa despercebida, mesmo quando, trombeteando em sua passagem grita: “Eu estou aqui” e ninguém percebe.

Eu acho que você (novamente dirigindo-se ao Governador) pessoalmente está tendo uma experiência histórica, dentro da experiência histórica do País da gente, que não é fácil viver. Eu lhe

digo com toda a franqueza: não tenho inveja de você! Mas admiro e respeito a coragem de ter a experiência que você tem. É preciso que a gente tenha essas coragens, a que você está tendo e que eu tive um dia. Passei dois anos e meio na valentia de ser Secretário de uma cidade-estado como São Paulo, e passei contente pela experiência. Mas não é fácil governar o País hoje com uma anestesia que a ideologia neoliberal está impondo a nós todos.

Antigamente se falava em fatalismo, e a gente, os intelectuais arrogantes, elitistas, pensava imediatamente nos camponeses ou nos favelados. Hoje a ideologia neoliberal fatalista é que faz o discurso: “É triste mas o que é que se pode fazer? A realidade é essa mesma”. Eu protesto! Não há nenhuma realidade que seja essa mesma. Toda realidade está aí posta para ser outra! A gente é que não pode desistir de fazer outra desta realidade.

Mas hoje, quando se fala em globalização da economia, é como se a globalização fosse senhora dela mesma, é como se a globalização fosse uma categoria natural, e não um processo histórico e econômico. Quer dizer, ela está aí – e não há como brigar contra ela. Então, como governar hoje? É claro que é governável, mas a gente tem que reinventar tudo. Nós, que não estamos na esfera do poder – mas sem nós o poder também não funciona – precisamos nos refazer, nos recompor.

Por exemplo: ontem, enquanto eu tomava um chá (e não whiskie) com o Governador e saboreava uns biscoitos muito gostosos, conversamos um pouco sobre o que significa a experiência de governar hoje um estado. E semana passada, conversava com outro governador, o de Brasília, e ele me dizia o mesmo. Numa economia mais ou menos estável, em que eu mesmo dizia, semana passada, à Nita que não adianta ter dois mil reais numa “continha não sei o quê”, isso não rende nada! Quer dizer, eu mesmo acho que 1,3 não é coisíssima nenhuma, porque a minha habitação com o dinheiro se deu num tempo de trinta anos de inflação, em que você tinha a ilusão de que pondo vinte milhões, você ia ter trinta milhões um mês depois.

Eu não vim parar aqui para fazer uma análise disso, mas eu quis salientar a minha satisfação e quero também dizer a vocês que uma das teses que eu defendo como educador é que o educador não tem por que esconder suas opções, pelo contrário, tem que expô-las, tem que deixá-las desnudas. Quer dizer, a minha satisfação de estar com você não é porque você seja um governador eleito pelo PT – e eu sou um fundador do partido. Eu tenho uma experiência partidária recente, porque, até então, talvez como uma maneira de errar, eu não tinha experiência partidária no Brasil, nem em canto nenhum. Não é só isso, não é questão de solidariedade de companheiro, é questão de seriedade de princípios. Eu acho que certo tipo de sonho e de utopia de que eu falo política e pedagogicamente nos meus textos, e inclusive no recente, que se chama *A sombra desta mangueira*, eu acho que, em certo sentido, de vez em quando, eu faço um pouco o seu perfil (o do governador). Então, isso para mim é uma alegria.

Mas, agora, vamos entrar na questão central da tarde. Em primeiro lugar, eu gostei muito das coisas que você disse (dirigindo-se à professora Euzi Rodrigues Moraes) e eu estou totalmente de acordo com elas. A Sociolinguística já me apaixonava antes mesmo de começar a aparecer. Quer dizer, eu já adivinhava que esse negócio tinha sentido. Tenho grandes amigos nessa faixa pelo mundo.

A minha experiência de menino, a que me refiro dizendo que eu fui um menino conectivo, quer dizer uma espécie de conjunção entre os meninos de classe média (como eu) e os meninos camponeses, obreiros urbanos, que foram meus companheiros. Eu ligava uns aos outros.

E os problemas das linguagens deles e da minha sempre me apaixonaram. Mas eu sempre vi isso numa ótica política e ideológica antes mesmo de o saber. Quer dizer, eu tinha um sentido das coisas antes delas acontecerem e continuo tendo. Eu não sei se falaram, neste Simpósio, que me estudou o tempo todo, em uma certa qualidade que tenho, mas que, de modo geral, meus

críticos não vêm nunca: eu sou profundamente adivinhador. Eu tenho uma sensibilidade, uma intuição. De modo geral, eu erro muito pouco com as minhas intuições. O meu grande esforço é não ficar nunca nos achados de minhas adivinhações. Não se sublinha muito isso, mas eu acho que é um bom caminho para me conhecer.

Mas, eu gostei enormemente das coisas que você disse (novamente dirigindo-se à professora Euzi Rodrigues Moraes) e eu concordo inteiramente, eu acho que você me percebeu muito bem.

Agora, com relação a nós mesmos que estamos aqui, diante dos outros e das outras, a melhor maneira talvez de fazer esta reunião mais eficaz é começar a conversa já.

De um lado, eu acho que, se a gente começa a perguntar e a responder, a gente ganha um tempo que eu teria como meu, pessoal, que era o tempo de uma fala minha. Eu renuncio ao tempo de minha fala e aceito participar da nossa fala.

Do outro lado, é que, fazendo isso, eu me canso menos. E, como eu não estou bem – a presença de vocês é que me refaz um pouco – não aposto muito em mim.

Paulo Freire e Participantes

Participante: *Professor Paulo Freire, como o senhor vê a realização da alfabetização com pouca ênfase na leitura e nas práticas culturais? Como realizar uma educação realmente capacitadora, transformadora, libertadora, se não há incentivo à leitura de livros – ponte para a leitura do mundo?*

Paulo Freire: Eu acho que em toda experiência educativa progressista – não em uma perspectiva conservadora ou reacionária, pois de um modo geral, conservador é reacionário. Quando você tenta conservar aquilo que não é conservável por si mesmo, você é um reacionário. Conservar o que fica não

precisa. Então, eu dizia que toda experiência educativa, numa perspectiva aberta, crítica, democrática, implica que o ensino e a própria tarefa docente e discente – não há uma sem a outra – vá mais além do ensino do conteúdo, cujo ensinamento é fundamental. O conteúdo, em certo momento, é pretexto para que se conheça mais do que o próprio conteúdo que se ensina. Esse algo a mais do conteúdo que, no fundo, não é a mais – porque o conteúdo demanda algo que vá, aparentemente, além dele – é exatamente o que eu chamo de compreensão crítica do mundo que implica leitura crítica do mundo.

A questão que está sempre em jogo no campo da educação é a curiosidade humana. Em primeiro lugar, a curiosidade é expressão do fenômeno vital, quer dizer, onde há vida, há curiosidade. Mas, na experiência existencial, isto é, na experiência inventada por nós, mulheres e homens, a criação do mundo humano, a curiosidade ganha um papel importantíssimo. A curiosidade vira o elemento fundante do processo de conhecer. Sem curiosidade não haveria conhecimento, não haveria esta reunião aqui. Não consta que, na África, os leões tenham feito um simpósio sobre Paulo Freire.

A questão do estímulo do desafio da curiosidade é uma questão que está no centro de qualquer prática educativa progressista. Por exemplo, uma das diferenças fundamentais entre uma proposta como esta e uma proposta neoliberal está em que a pedagogia neoliberal, hoje, insiste em “conotar” ou qualificar a prática educativa como algo absolutamente pragmático, por isso mesmo falam “pragmatismo da educação”. O caráter pragmático reduz a prática educativa a um treinamento. E o treinamento, técnico e às vezes científico do educando, não é mais do que isso. O que é, inclusive, um paradoxo, porque, quando você treina a capacitação técnico-científica do educando, você tem que, necessariamente, mexer de novo, e constantemente, com a questão da curiosidade, mas domestica a curiosidade ao nível puramente técnico – daí a redução da educação à técnica também.

Quer dizer, às vezes, o educador ou educadora faz um trabalho pensando que é progressista, mas não é: ora porque a educadora se contradiz (não ganha um nível de consistência entre o que ela pensa, diz e faz), ora por falta de certos conhecimentos mais rigorosos. É preciso ganhar uma certa coerência na prática educativa. Se eu sou um educador progressista, eu não posso enganar a curiosidade do aluno, eu não posso inventá-la também; mas eu tenho que fazer o possível para que ela se constitua, para que ela cresça, porque a curiosidade também se constrói, se inventa.

Participante: *Como conciliar o lado da proposta neoliberal do governo, o lado deste ideário de Controle de Qualidade Total, do qual já estamos vindo desde 1986, com essa nova proposta, que não é ouvida pelo governo federal, para uma verdadeira educação que nos mostre que o nosso Brasil é maior que o país de alguns?*

Paulo Freire: Olha, eu acho que esta questão da educação no País é uma questão fundamental. Não é “a questão”, mas é uma das questões. Quando a gente dá uma olhada na história da educação brasileira, a gente vê como o descaso, o desrespeito à educadora e ao educador vêm sendo uma constante na história política e cultural do País. Recentemente, eu até disse, num texto meu, que o descaso pela professora básica neste País é tão grande, que eu me pergunto se os presidentes da República do Brasil tiveram professora primária.

Agora, o que eu gostaria de dizer a mim mesmo é que este é um problema de nós todos e não um problema do governo só. Quer dizer, esse problema tem a ver, inclusive, com a campanha eleitoral. Confesso que fico espantado com o andamento da campanha eleitoral, sobretudo na cidade onde eu moro, mas em outras também, e como a tapeação vem tendo um efeito maravilhoso na consciência política das pessoas que elegem certos candidatos, que não poderiam ser eleitos. Se a gente tivesse uma coerência com relação a isso, compreenderia que é preciso votar e tomar conta do sujeito em quem se votou. Se a gente fizesse

um teste aqui, eu tenho certeza que o resultado seria um desastre: em quem votamos para deputado federal e estadual? Em quem votamos para vereador? No máximo, a gente sabe em quem votou para presidente da República e governador do Estado, no máximo. senador já fica difícil. Mas, o que é precis é vigiar a pessoa que mandamos para lá e não votar mais no “cara”.

Uma sugestão de natureza política: assim como está funcionando muito bem, no Brasil, este projeto de Defesa do Consumidor, é preciso que nós, a sociedade civil, inventemos organizações de defesa do eleitor. No fundo, é uma defesa da ética, uma exigência ética, decente.

O candidato faz o discurso dele e diz que a educação é prioridade. Mas, depois que se elege, não tem mais nada a ver com a prática dele. A prática do eleito é a contradição do discurso de candidato. É absolutamente o oposto. Portanto, toma-se nota e nesse não se vota mais. Porém, é preciso que ele saiba que não se vai mais se votar nele ou nela. É preciso colocar cartazes na rua.

Agora, se nós, sociedade civil, nos politizarmos a esse ponto, obviamente que estaremos, de um lado, cumprindo um dever da gente e, do outro, estaremos ajudando o processo de crescimento da seriedade, da ética, porque uma das coisas que mais se democratizou no Brasil é a sem-vergonhice. E não é possível, não tem mais lugar para botar sem-vergonhice.

É preciso um exercício como este: dar chance ao homem público (político, vereador, deputado, governador, presidente da República) de explicar por que não faz. Porque, às vezes, na ingenuidade brasileira, a gente pensa que um governador de Estado tem uma delegação de Deus, que ele faz o que ele quiser e, se ele não faz, é porque não quer. Não é, não! Não é possível, às vezes, superar determinados obstáculos, mas é preciso dizer que não é possível superar e o porquê. Quer dizer, estimulado, desafiado, o governador chega e diz: “Está aqui. Estão abertos ao público os setores documentais do Estado. Venham ver que não tem dinheiro mesmo!” E ele não pode fazer dinheiro.

Em última análise, o que é preciso é uma posição de sujeito da História, crítico, que observa, que analisa. E isso a gente não está fazendo ainda. Então, o que acontece é que a educação brasileira vai ter que ir para cá e para lá, durante muito tempo. Inclusive, não se ouvem as classes sociais. Nós temos hoje, no Brasil, equipes de educadores (para falar só no campo de educadores) competentes. Temos competência pedagógica, hoje, na direita e na esquerda – não tenho dúvida nenhuma. Então, não é difícil montar uma boa equipe em qualquer cidade brasileira. Mas essa boa equipe não basta. Esta é a tese que eu defendo: sem uma boa equipe você não faz, mas a boa equipe sozinha também não faz. Quer dizer, faz parte da boa qualidade de uma equipe que ela esteja aberta ou abrindo-se para a opinião pública.

Então, é preciso ouvir a sociedade com relação à educação. O problema não é somente colocar boa gente técnica, especificamente técnica no Ministério da Educação em Brasília, e ditar que tipo de educação deve ser feita pelo País todo. Isso não adianta. Mas, para que isso não continue prevalecendo, a gente precisa assumir determinados deveres cívicos, para coibir o descaso e o desrespeito pela coisa pública neste País.

Participante: *Dentro de sua proposta de educação, qual poderia ser sua contribuição para os programas de educação para a terceira idade?*

Paulo Freire: Eu sou a própria terceira idade falando. Agora, eu acho que uma boa resposta para isso seria a chamada terceira idade continuar a ser tão presente na História, quanto recuse a ser terceira idade. O que eu quero dizer com esse discurso contraditório é que a terceira idade não pode se amofinar na velhice. A terceira idade tem que reinventar a mocidade, a juventude, porque só assim há uma razão de ser para a vida.

Eu quero dizer a vocês que eu faço 75 anos agora, esta semana. E 75 anos bem vividos. Evidentemente que, por exemplo, não subo dois andares sem elevador, que eu já começo a me fazer perguntas sobre o futuro. Mas, do ponto de vista de minha

capacidade de querer bem, do ponto de vista de minha paixão pela vida, do ponto de vista de minha sensibilidade ante a História, da minha convicção de que não é possível ficar no mundo inerte, imóvel; mas passar pelo mundo só se justifica mudando o mundo, trabalhando para mudar o mundo, desse ponto de vista, eu tenho 22 anos e me sinto absolutamente bem.

Por isso mesmo, com relação à terceira idade, eu fiz duas falas pra gente da minha idade. Mas eu falei como se tivesse 30 anos. Eu acho que a melhor sugestão que eu posso dar, e que a minha proposta pedagógica pode dar, é que a terceira idade se autentique na rebeldia e nunca na amofinação.

Participante: *Como o senhor associa a questão da autoridade à prática da libertação? Até que ponto podemos exercer essa autoridade?*

Paulo Freire: Eu acho que a questão da autoridade e da liberdade é uma questão fundamental em qualquer lugar do mundo. No caso brasileiro, é uma questão que se complica, porque nós, brasileiras e brasileiros, não conseguimos ainda lidar criticamente com o problema de como relacionar autoridade e liberdade.

É interessante observar, por exemplo, e isso eu tenho na minha própria experiência de educador, como um jovem professor ou uma jovem professora (e isso é muito comum) conversando comigo diz: “Paulo, às vezes, eu me sinto ultrapassando minha autoridade”. De um modo geral, eu peço que a pessoa que me diz isso dê um exemplo de uma situação em que ela se achou autoritária. Quando o exemplo chega, no meu entender, o que houve foi a assunção da autoridade e não um exagero da autoridade. Recentemente, um professor universitário me falava de um seu colega que se sentia, com tristeza, autoritário, porque, dando aula, em um certo momento, a porta se entreabriu e era um jovem que começou um discurso gesticulado com uma menina – aluna dele – e houve um descompasso na sala. Ele mesmo se inibiu e não pode continuar a sua fala. E os dois ficaram no fundo namorando – coisa que eu acho linda, mas não pode a

boniteza de um namoro acabar com a boniteza de uma aula (eu não deixo...). E o jovem professor proibiu a continuidade do discurso gesticulado e ficou cheio de culpa, pensando ser autoritário. Ele não foi autoritário. Quer dizer, ele exerceu a autoridade que cabia a ele exercer, na defesa dos interesses da turma toda com que ele trabalhava.

Na verdade, a gente não lida bem com a questão da autoridade e da liberdade. Eu, particularmente, estou absolutamente convencido de que, sem limites, a liberdade se perde. E, sem limites, a autoridade também se perde.

Então, a questão das relações entre autoridade e liberdade é uma questão eminentemente ética, é uma questão eminentemente política e é uma questão, também, que exige de nós uma coerência.

Quer dizer, até que ponto o meu discurso, no qual a autoridade não pode ultrapassar o seu limite e esmagar a liberdade, é vivenciado por mim na minha prática? Até que ponto eu sou coerente? Até que ponto eu me permito amornar-me com uma autoridade em favor da exacerbação do poder da liberdade que, neste caso, deixa de ser liberdade, e passa a ser licenciosidade, libertinagem? Até que ponto eu vivo, na verdade, um equilíbrio difícil e contraditório, que é o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade? Até que, particularmente, também, eu acho que autoridade foi uma invenção da liberdade. Quer dizer, a liberdade ou as liberdades, em um certo momento de sua experiência social, individual e histórica, descobriram que, sem limite para elas não era possível a persistência da liberdade e inventaram a autoridade. A autoridade nem sempre está convencida de que também precisa se limitar.

Então, para mim, uma das grandes tarefas da sociedade brasileira é deixar isso muito claro na educação infantil: que a criança, enquanto experiência de liberdade, tem que ser limitada no uso da liberdade. Mas, vejam bem, a questão do limite da liberdade, para mim, é uma questão ética e não apenas física.

Exemplo concreto: uma criança se sente limitada no fazer o que quer, não apenas porque, fisicamente, está proibida de fazer, mas, sobretudo, porque assumiu eticamente que não pode fazer. Esse é que é o grande problema da prática educativa. A prática educativa não é uma prática de fazer medo. Uma coisa é um medroso, outra coisa é um menino disciplinado. Não tem nada a ver o menino medroso – um menino que tem medo da repercussão daquilo que fez – com o menino que assume eticamente a justa e a necessária disciplina, ou melhor, que vai assumindo, porque isso não é uma coisa que acontece da noite para o dia, ele vai se assenhoriando de si mesmo.

Isso, inclusive, tem a ver com o famoso movimento da Filosofia da Educação, que é o problema da heteronomia para autonomia. Como é que você constrói a autonomia a não ser na base da responsabilidade assumida pelo sujeito?

Então, o problema de disciplina e o problema da liberdade e da autoridade não é problema do medo físico, mas é questão da força ética, da boniteza da ética, e não da robustez do poder físico. É o pai que demonstra por testemunho permanente a seu filho que ele é uma abertura a seu filho. O seu filho ou filha dispõem de sua amorosidade (a mãe também), mas o pai é sujeito de si e o que pretende é que o filho seja sujeito dele. Essa é uma experiência ética e não uma experiência de força física.

Eu acho que essa seria, ou deveria ser, umas das preocupações nossas como professores, como professoras, como pais e como mães. Por exemplo, não sei se hoje ainda é assim, mas, no meu tempo, na minha geração, muitas coisas eram transferidas para o pai. O filho fazia uma série de coisas de manhã e de tarde, e a mãe dizia: “Quando seu pai chegar, eu vou contar...”

Meu Deus do céu! Não é possível um negócio desse. Uma mãe que renuncia a sua maternidade, portanto, a seu testemunho formador, que renuncia a assumir o seu dever de lutar pela formação de seu filho, com a ameaça de que vai contar ao pai. Quer dizer, também não adianta dar cursos de Pedagogia a essa

mãe, ela está um pouco descompassada do que deveria fazer. Mas não é possível isso.

A professora também, o educador ou a educadora não pode deixar para amanhã. Ele tem que testemunhar aqui e agora a sua presença ética e afetiva. Acho que esta questão da autoridade e da liberdade, esta relação entre uma e outra está profundamente ensopada de afeto, também de carinho e respeito.

Há umas pessoas que têm tanto medo da amar, que ficam logo espantadas. É que elas são meio científicas. Então, não aceitam mais carinho ou coisa nenhuma. Uma noite de lua é uma noite pecaminosa. Não tem nada a ver com a rigorosidade da ciência. Eu chamo essa gente de “mal amada”. O Frei Beto me dizia, semana passada, numa conversa em que falávamos disso: “Paulo, eu tenho um testemunho lindo sobre isso”. Um tempo desse, um amigo dele (do Frei Beto), disse-lhe que, quando dirigia, lá em São Paulo, o seu carro e parou em um semáforo, um garoto, dos chamados meninos de rua – que para muitos de nós é o anúncio da violência – chegou à porta do carro dele. Ele abriu a janela rápido – ele não tinha mesmo... ele não tinha dinheiro nenhum – e disse para o menino:

– Meu filho, eu não tenho dinheiro nenhum – e passou a mão na cabeça do menino umas duas vezes. E o menino disse:

– Tá, tá certo – e saiu.

Um segundo menino encostou e ele disse:

– Meu filho, eu acabo de dizer ao teu companheiro que não tenho dinheiro.

– Mas eu não vim pedir dinheiro. Eu vim pedir um aliso na minha cabeça.

Isso é um poema, mas é uma tragédia. Quer dizer, uma sociedade que chega a esse ponto. A experiência de desamor, a experiência de desafeto da criança era tão grande que, quando viu o rapaz agradando a cabeça do seu colega, ele correu e deu a sua cabeça: “Eu não quero dinheiro, não. Eu quero um agrado na minha cabeça”.

Essa história é de uma boniteza enorme de um lado e de outro, como a expressão de um desafio nosso, para ver se nós podemos, um dia, fazer da sociedade brasileira uma sociedade menos feia, pelo menos. Uma sociedade em que a autoridade e a liberdade se respeitem, uma sociedade que viabilize o alisamento das cabeças.

Participante: *A forma como os professores de Português de 1º, 2º e 3º graus trabalham a formação dos educandos tem criado uma aversão, por parte dos alunos, à linguagem escrita. Que caminhos o senhor aponta para mudar essa situação? Como fazer para que desabroche e desenvolva, até à plenitude, a poeta e o poeta que mora em cada criança? O que é alfabetizar na concepção de Paulo Freire?*

Paulo Freire: Eu vou pedir à Secretária (Euzi Rodrigues Moraes) que responda a essa pergunta. Ela sabe melhor do que eu. Eu sei também isso, mas eu queria ouvi-la. Mas, antes disso, eu queria perguntar a Nita: o que significa ser mulher de Paulo Freire? E acho que a pergunta é legítima, também, para mim: o que significa ser marido de Nita?

Eu acho que ser marido e mulher é uma coisa muito complexa, muito bonita e muito difícil. No fundo, nós somos dois mundos. Eu sou um mundo e ela é outro mundo. Seria, de um lado, uma violência; do outro, uma impossibilidade que um desses dois mundos pretendesse reduzir o outro assim... De um lado, é uma arbitrariedade isso, seria o som do autoritário; do outro, seria uma inviabilidade. Este é o sonho que está falido antes de começar. Nenhum mundo se reduz ao outro.

O que poderia ocorrer por circunstâncias especiais, de medo, de dependência, de interesses, é que um dos dois mundos se acomodasse de tal forma ao outro, que perdesse, inclusive, a cara de si mesmo, o que é profundamente lamentável, mas, lá no fundo, continuava um outro mundo. Então, ligar um mundo com outro, continuando si mesmo, não é fácil, mas é gostoso.

Descobri, por exemplo, numa terça-feira, que eu posso estar sendo o oposto do ideal de Nita. Isso quer dizer, numa terça-

feira, eu posso ser o oposto daquilo com quem ela sonhava se casar. Eu não sou o ideal. Quando isso ocorre, ela também tem que saber que, numa outra quarta, eu posso estar pensando o mesmo dela.

Então, o que eu acho gostoso nisso e difícil, mas isso faz parte da experiência dos dois mundos, é a instalação, entre cada um desses mundos, da humildade suficiente para que os dois mundos se aperfeiçoem na diferença que há entre eles. Fora disso é divórcio, é desquite! Eu acho que é isso, inclusive, o que caracteriza as gerações mais novas que, por “n” razões históricas e sociais, perderam um pouco da paciência. A culpa não é deles. Também estamos vivendo um mundo em que a própria tecnologia interfere. A diminuição do tempo tende à compreensão diferente do espaço e do tempo. Isso provoca uma impaciência, às vezes, grande na geração moça, jovem. A impaciência fica mais forte que a possibilidade da paciência.

Então, inexistente, por exemplo, uma compreensão mais crítica do casamento. Na minha geração, o casamento era projeto, quer dizer, era um projeto de vida. É claro que com o respaldo maior da igreja. “Casou nunca mais separa”... aquela coisa toda. Mas havia um projeto. Era um projeto de construir uma família, isto e aquilo outro. Esse negócio não existe mais nas gerações jovens, ou melhor, existe, mas com uma compreensão diferente.

Então, há hoje muito mais impaciência do que paciência e eu acho que as duas não podem estar separadas. Acho que a minha geração, sobretudo entre as mulheres, foi profundamente ou demasiadamente paciente e pouquíssimo impaciente. Então isso levava as mulheres, por “n” razões, de ordem econômica, religiosa e ideológica, a aceitar absurdos que elas não podem e não devem aceitar.

O que eu quero dizer, também, é que a dificuldade de ser mulher de Paulo Freire é a mesma dificuldade de ser marido de Nita. Quer dizer, o acréscimo de uma certa repercussão que eu tenho no mundo me tira, às vezes, dela. Por isso que eu insisto

tanto em andar com ela, o que faz muita gente ficar pensando que é muita dependência minha. Espero que ela saiba que não é.

Mas, por exemplo, semana passada, no Rio de Janeiro, eu estava em um congresso e me puseram na mesa sem ela. Quando eu pude falar, pedi licença aos organizadores da mesa, e disse: “Eu não posso ficar longe da minha mulher”. Então, arranjaram uma cadeira e trouxeram Nita para a mesa e fiquei de mão dada.

Quer dizer, eu preciso, realmente, eu preciso. Vejam bem, o trágico, e isso é um fato, é que eu preciso de minha mulher. Agora, imaginem que a minha mulher, em face da minha precisão dela, cismasse em ser dona de mim. Quer dizer, haveria um quiproquó horrível por ela ter interpretado mal a minha indignação, pensar que poderia ser a proprietária do indigente. O indigente se rebelaria e não aceitaria a perpetuação dessa indignação. Quer dizer, eu deixaria de ser indigente na hora em que minha indignação parecesse ser irrecuperável, entendem?

No fundo, eu disse essas coisas a vocês, porque, em última análise, a experiência não precisa ter papel escrito nem na igreja, nem nos cartórios. Viver juntos é uma obra-de-arte. Também tem a ver com a boniteza, com a ética também, é absolutamente ético. Tem a ver com a pureza, jamais com o puritanismo. O puritanismo acaba com qualquer união séria. Bem, era isso que queria dizer, com relação à parte que me toca nesta história de viver com Nita. Não é só ela comigo, mas, também, eu com ela.

Euzi Rodrigues Moraes: Eu tenho certeza de que o professor Paulo Freire tem uma experiência rica nesse lidar com a linguagem na educação. Ele tem muito para me ensinar neste momento e estou ávida por aprender. Eu sou uma eterna aprendiz. Amo aprender e estar sempre aberta, o que é uma dose de humildade. Acho essa a maior das virtudes que dá vida aos coletivos que podem, então, somar suas aprendizagens conjuntas.

Querida dizer que o problema do ensino do Português é o mesmo problema do ensino da Matemática, da História, da Geografia... O problema é que a escola repete, não cria. Então,

estamos repetindo até hoje a gramática tradicional. Não criamos novas gramáticas. Não recriamos todos os dias, na sala de aula, uma nova gramática, que, certamente, seria a partir da prática. A prática da linguagem é que vai nos dar capacidade de criar e recriar gramáticas. Estou falando assim, muito lingüísticamente, porque existem outros aspectos. Então, há diferença entre criar e repetir.

A escola, tradicionalmente, é uma formadora de robôs e não de seres humanos criadores, sujeitos de sua aprendizagem, sujeitos de sua relação com o mundo, com o outro e, portanto, participantes neste processo.

Estou me lembrando de uma lingüista mineira que tem um texto que fala do preconceito lingüístico. Ela diz que é na escola que o preconceito lingüístico é mais sério que o preconceito sexual. Ela diz que o cinturão da castidade há muito tempo foi abandonado, mas do cinturão da língua padrão não há quem se livre dele. E aí aquela beleza da linguagem, aquela variedade que está na vida, que está na fala espontânea do povo fica proibida de entrar na escola.

Não é bonita, não é correta, não serve. No entanto, se nós, realmente, olharmos a “não-majestade” da língua padrão – isto é um outro lingüista quem fala – chega de majestade, nós precisamos da cientificidade, de olhar a linguagem assim como ela está na vida.

Durante a administração de Vítor Buaiz, na prefeitura de Vitória, trabalhei muito pelas escolas. Trabalhei muito dentro da escola, em sala de aula, com professores. E nós recriamos muitas práticas de ensino de língua. Foi uma das experiências melhores que eu já tive. Recriamos ali, não se tornaram modelos para ninguém, mas foram experiências de cara a cara com a criação e a recriação de gramáticas e de textos coletivos. Eu gosto muito do trabalho de construção coletiva de um texto, construção coletiva de regras. Eu tenho um projeto de livro de gramática para crianças. As pessoas me olham meio assustadas: “mas gramática para crianças”? Esse projeto foi abandonado, quando

o Dr. Vítor Buaiz me convidou para integrar a equipe dele e eu aceitei com muita honra e ousadia. E eu estou dando o melhor que tenho para que a criação entre na escola, no Português, na Matemática, em tudo, porque há quem pense que só há criatividade em artes. Não, de forma alguma. Há criatividade na Matemática, na Geografia, na História, nas Ciências e na Língua Portuguesa. Ou você cria e recria e inova e se faz presente com sua especificidade, sua individualidade e soma tudo para uma criação coletiva ou, então, não vai chegar a ser sujeito de um processo humano.

Então, eu gostaria de dizer isso e acho que o lúdico nas séries iniciais, o lúdico no trato com a linguagem é da maior importância. É preciso brincar com a linguagem. Que pena que a linguagem, que é um objeto de brinquedo fantástico, no entanto, vira isso que o nosso interlocutor apontou, aquela coisa à qual as pessoas têm aversão.

Participante: *Em “Educação e mudança”, há um capítulo, em que o senhor fala do professor como trabalhador social. Nessa parte, o senhor diz que o professor deve conservar o que deve ser conservado e mudar o que deve ser mudado. O senhor não acha que isso exige que o professor seja um hábil conhecedor da realidade, um grande político para as negociações necessárias às mudanças? A nossa formação de professores caminha por aí?*

Paulo Freire: Não, acho que a formação do professor, do jeito que ela está sendo feita, não caminha por aí. Mas, quando eu faço uma afirmação como essa, está presente no meu pensamento um projeto ou uma proposta de formação mais crítica do magistério no Brasil. Não será possível uma modificação mais radical na educação brasileira sem um trabalho profundo de formação docente permanente.

Eu me lembro de quando fui Secretário em São Paulo. Eu só não, mas todos, o Gadotti que trabalhou comigo e a equipe que nós organizamos juntos, todos nós sabíamos, todas nós – porque havia umas grandes cabeças femininas – da importância da

experiência formadora permanente.

Então, eu me lembro que fiz uma visita à reitora da Universidade Católica de São Paulo, ao reitor da Universidade de São Paulo e ao reitor da Universidade de Campinas, que é hoje o Ministro da Educação no Brasil. Em cada uma das minhas visitas, aos reitores e à reitora, eu coloquei a questão fundamental da formação docente permanente e a participação das universidades. Eu estou convencido de que as universidades brasileiras têm uma tarefa – algumas cumprem em parte, mas outras não – que é a de se meter na formação permanente dos quadros do magistério no País.

Os reitores, estes três reitores, da USP, da UNICAMP e da PUC, aceitaram a sugestão e organizamos, então, umas comissões de trabalho com os professores. Os professores eram livres para ajudar a Secretaria Municipal de Educação e as universidades contavam o tempo de serviço do professor, o tempo que estivessem conosco. E nós gratificávamos o trabalho do professor. Isso é outra coisa, pela qual luto também. O trabalho intelectual tem que ser pago, mas, de modo geral, nós, professores, achamos que não. Temos vergonha de ganhar dinheiro. É preciso não ter mais essa vergonha.

Então, obtivemos no orçamento da Prefeitura dinheiro para isso, e conseguimos criar e compor uma equipe com mais de sessenta nomes da UNICAMP, da PUC e do setor de Linguística da UNICAMP, que é excelente em Filosofia, Política, Matemática e Física. Essas equipes universitárias trabalhavam com equipes nossas da Secretaria que, por sua vez, capacitavam, em termos permanentes, a rede municipal. Me lembro, por exemplo, dos estudos, dos debates que fizemos sobre a questão da interdisciplinaridade e da importância do terceiro capítulo da *Pedagogia do oprimido* para esta compreensão da pesquisa do universo temático.

Para a reformulação da compreensão do currículo, por exemplo, a transformação do currículo em processo, fizemos um

vasto trabalho de formação. Sem isso, era impossível mudar a formação. Você trabalha de acordo com a possibilidade da sua área, mas, sem a formação permanente, não se avança. Era preciso ir um pouco mais adiante, era preciso refazer as escolas e a formação do magistério no Brasil.

Para mim, o segredo fundamental da formação permanente está em oferecer um espaço e um tempo aos professores para que eles e elas pensem a sua própria prática. Foi pensando a minha prática a das professoras que descobri:

- primeiro: uma teoria que eu não sabia que havia;
- segundo: um equívoco teórico meu;
- terceiro: a possibilidade de mudar a minha prática com a clarificação teórica que eu iria ganhar, porque pensei a prática.

Isso implica necessariamente a presença de uma equipe formadora dos formadores. E a gente tem que ter uma equipe competente e humilde, mas competente. Cientificamente competente. Os resultados foram enormes na experiência de São Paulo. Nós conseguimos, no mandato de Luíza, engajar 35 mil professores e professoras da rede municipal. Não é fácil trabalhar com 35 mil professores e nós temos perto de um milhão de alunos. Foi possível realizar um trabalho de revisão disso. O que se acabou depois... é uma lástima! Mas, um dia...a minha tese é a seguinte: acaba, mas renasce um dia.

De maneira geral, esta questão da formação é uma questão fundamental. É impossível pensar a educação sem formação permanente de professores. E isso é urgente. O que eu não aceito, por exemplo, é o que, no Brasil, era usual: meia dúzia de gente considerada iluminada, de técnicos, que fizeram, inclusive, Ph. D. nos Estados Unidos de técnicas e tecnologias educativas, teoria do currículo, era colocada nas escolas, sem ter nada a ver com a prática docente. Eles vêm para a Secretaria, se reúnem dez dias, quinze dias e voltam com o primeiro pacote de normas. Em lugar de formar permanentemente o corpo docente, escrevem guias do

professor, dizendo como o professor deve funcionar com o aluno. Se você pergunta: "O que você quer com isso?", vem a resposta: "Nós queremos alunos críticos". Como é que você pode querer alunos críticos com professores pacientes? Não dá. Isso não significa que eu seja contra os textos que ajudam o professor a lidar com o seu trabalho.

Eu me lembro de quando assessorei alguns países da África. Em lugar de guias de professores, eu escrevia com as equipes africanas cartas ao educador. Nas cartas, eu discutia determinados problemas do ensino daquela disciplina, etc. Eu me bato por uma formação constante, permanente em que a professora se assume como uma criadora e não como uma repetidora.

Olhe, eu vou pedir desculpas a vocês, porque vocês marcaram até às cinco horas e são quatro e trinta e eu confesso que estou cansado agora. Estou cansado mais é na cabeça, não é nem o corpo. Estou na terceira idade rebelde, mas, mesmo assim, cansado. Eu peço desculpas por não atender ao resto das perguntas, mas mando aqui o meu enorme querer bem a vocês e aceito o de vocês, porque preciso dele também. Muito obrigado.